

ATA RELATIVA À AUDIÊNCIA PÚBLICA – PRESTAÇÃO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2023

Visando o cumprimento da legislação em vigor, Lei Complementar nº 101/2000, art. 9º, §4º, os representantes dos Poderes Executivo (Prefeitura, Fundação e Autarquias Municipais) e do Poder Legislativo, inclusive Comissão de Finanças e Orçamento, realizam audiência pública eletrônica referente à avaliação das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2023 (maio a agosto), em formato virtual, contendo as informações preparadas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelas entidades da Administração Indireta, através da disponibilização de arquivo, aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2023, às 13 horas. A apresentação eletrônica permanecerá disponível para consulta através do link <https://www.indaiatuba.sp.leg.br/transparencia/audiencia-publica>. Foram estabelecidas as seguintes diretrizes para a realização da audiência: a) que os representantes das entidades realizariam previamente a gravação de suas apresentações, e que, em seguida, o vídeo da audiência, seria disponibilizado no *site* da Câmara Municipal de Indaiatuba; b) que este canal também seria disponibilizado para suprir todas as informações necessárias para a participação dos munícipes – perguntas, comentários ou sugestões, sendo exigida a identificação dos munícipes cidadãos, com nome completo, instituição que representam ou o bairro onde moram; c) que conteúdos anônimos, ofensivos ou que não guardassem relação com o tema em debate seriam descartados; e, d) que as dúvidas ou contribuições também poderiam ser encaminhadas até o dia 10 de outubro para o e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br, devendo limitar-se exclusivamente ao tema da audiência. O convite para participação da população na audiência foi divulgado em diversas edições da Imprensa Oficial do Município, bem como nos "*sites*" da Prefeitura e da Câmara Municipal. A Srta. Paula Fernanda Sciamarelli, Secretária Adjunta da Fazenda, representante da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, iniciou a apresentação geral da audiência, explicando que juntamente com os representantes das Autarquias SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos e SEPREV – Serviço de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Indaiatuba e FIEC - Fundação Indaiatuba de Educação e Cultura iriam apresentar os dados relativos a avaliação das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2023 (maio a agosto), de acordo com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), esclarecendo que os dados apresentados naquele momento se tratavam de dados parciais e que somente na realização da audiência relativa a avaliação das metas do 3º quadrimestre, período que abrange as informações de todo o exercício, será possível determinar o atingimento ou não das metas e forma definitiva. Explicou, ainda, que a apresentação quadrimestral dos dados parciais tem como finalidade o acompanhamento das metas fiscais estabelecidas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na LOA (Lei Orçamentária Anual), para avaliar o seu comportamento para fins de tomada de decisão quanto a adoção de providências, a tempo de corrigir qualquer desvio que possa comprometer o atingimento das metas e o equilíbrio das contas públicas. Acrescentou que as metas de receita e despesa seriam demonstradas individualmente por cada entidade expositora (Prefeitura, Autarquias e Fundação) e que, além disso, à Prefeitura, enquanto órgão consolidador do Poder Executivo, caberia a apresentação das informações

relativas a Receita Corrente Líquida (RCL), a Despesa de Pessoal, aos Resultados Primário e Nominal e Endividamento de forma consolidada. Na sequência, apresentou os dados relativos à receita da Prefeitura, demonstrando a arrecadação do 2º quadrimestre de 2023 por categoria econômica: Receitas Correntes e Receitas de Capital, totalizadas em recursos vinculados e não vinculados, comparando as informações com os resultados obtidos no mesmo período do exercício anterior. Na análise dos dados, apontou que no quadrimestre houve um discreto excesso na arrecadação da Prefeitura, da ordem de 6,39% em relação aos valores programados, resultado bem diferente daquele verificado em mesmo período do exercício anterior, quando o excesso de arrecadação foi bem mais expressivo, atingindo 32,63%. Salientou que embora o resultado igual ou superior ao programado tenha um aspecto positivo de meta atingida ou superada, é óbvio que quanto maior o valor do excesso, mais recursos a Administração terá para reverter em mais benefícios e serviços para a população. O importante é frisar que a meta de arrecadação não somente foi atingida quanto superada, ainda que em proporções menores do que a verificada no mesmo período do ano anterior. Também citou que as Receitas de Capital estão aquém do previsto por conta de uma operação de crédito do FONPLATA programada pelo SAAE que ainda não se concretizou, mas que a despesa também não acontece enquanto a receita não é realizada, não prejudicando, portanto, o equilíbrio das contas. Há também um outro aspecto em relação ao menor excesso de arrecadação, que decorre de um trabalho constante de aperfeiçoamento no planejamento orçamentário, visando melhorar a previsão das receitas, e, também, em função do cenário econômico atual que diverge daquele em que se deu a avaliação das metas do 2º Quadrimestre de 2022 e a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2023. Enfatizou que o excesso de arrecadação verificado no início do exercício de 2022 ocorreu em um cenário totalmente diferente, de intensa retomada da atividade econômica, principalmente para o setor serviços, como consequência do período pós crise pandêmica e da evolução do processo de imunização da população, situação que começou a dar sinais de deterioração no último trimestre do ano passado, quando voltaram a ser registrados resultados negativos no movimento econômico. Em seguida, comentou sobre a diferença entre as Receitas Correntes e as Receitas de Capital e sobre sua relação com as despesas. Após, apresentou os quadros contendo as principais receitas da Prefeitura e também explicou quanto a importância da análise dessas receitas, dada a sua representatividade no contexto do orçamento municipal, ao ponto de poderem comprometer o equilíbrio das contas caso seu desempenho se apresente deficitário. Na demonstração das principais receitas, apresentou os valores programados, os valores arrecadados e o valor da diferença entre eles, diferença esta que quando positiva resulta em excesso de arrecadação e, quando negativa, em déficit de arrecadação. Demonstrou também que apesar desse grupo de receitas apresentar um resultado positivo em seu conjunto, ou seja, da arrecadação ter superado o valor programação, o valor é bem inferior aquele apurado no 2º quadrimestre de 2022. Salientou, ainda, que embora algumas receitas desse grupo apresentem resultado deficitário em relação à programação, outras apresentam resultado positivo, superando, no conjunto em análise, a meta proposta, mas explica que por se tratarem de receitas muito importantes, as receitas deficitárias como o ICMS e o FUNDEB reclamam um acompanhamento mais atento por parte da Administração para, inclusive, avaliar a necessidade de contingenciamento de despesa, a fim de

que o equilíbrio fiscal não seja comprometido, pois para cada real de receita prevista em orçamento, há um real em despesa sendo avalizada. Observou que em comparação com o período anterior, onde apenas uma das receitas apresentava arrecadação abaixo da meta, é possível observar que, no período atual, há diversas receitas com déficit na arrecadação. A representante da Prefeitura chamou a atenção para o fato de que a principal receita do orçamento municipal, a transferência do ICMS, apresentou o pior desempenho, despertando uma segunda preocupação para a Administração, porque seu comportamento está relacionado diretamente com o movimento econômico e por se tratar da receita com maior representatividade na base de cálculo do repasse do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), recurso este de grande importância para o custeio da educação. Portanto, o resultado positivo obtido no período deve-se ao desempenho positivo de outras receitas representativas que estão mascarando o déficit do ICMS. A Secretária Adjunta expôs através de um quadro comparativo o comportamento da arrecadação mensal do ICMS, muito positivo em 2022 e muito negativo em 2023. Comentou que o Prefeito, acompanhado do Deputado Rogério Nogueira e representantes da Secretaria da Fazenda estiveram em reunião com o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, uma vez que o ICMS é de competência tributária do Estado, na tentativa de compreender o que está acontecendo com essa que é a principal receita da Prefeitura e que o Secretário do Estado explicou sobre o momento adverso que estamos vivendo: os efeitos da deflação estão reduzindo a base de cálculo do imposto; a taxa de juros alta inviabiliza a aquisição de veículos e imóveis; o endividamento das famílias; e, a alteração na legislação a nível nacional, reduzindo a tributação dos combustíveis e serviços de energia elétrica e, por fim, que o Governo Estadual está elaborando projetos de lei para tentar minimizar a queda de arrecadação através da cobrança do estoque da dívida e destravando a compensação tributária, com efeitos esperados mais em 2024. Apresentou um quadro semelhante com o comportamento do FUNDEB, que acaba acompanhando o desempenho do ICMS, e, portanto, apresentando também uma situação deficitária o que implica em recorrer a mais recursos do tesouro para custear as despesas da educação que deveriam ser custeadas por recursos vinculados. Ato contínuo, apresentou o comportamento das despesas, explicando sobre seus estágios (empenho, liquidação e pagamento), esclarecendo que a despesa empenhada no início do ano possui um valor elevado devido aos empenhos globais e estimativos, que serão liquidados e pagos durante decorrer do exercício, a medida em que os serviços são prestados ou os produtos são entregues, detalhando também as informações por grupo de natureza de despesa. Em relação às despesas também apresentou os gastos da Educação e da Saúde. Em seguida, apresentou um quadro da receita do FUNDEB, comparando os valores de contribuição do município para o fundo e o valor do retorno sempre maior que a retenção, em função do número de matrículas, destacando a novidade do repasse da Complementação da União – VAAR (Valor Aluno Ano por Resultados). Na sequência, apresentou as informações das transferências financeiras realizadas aos outros órgãos do município (Câmara, FIEC, SAAE, SEPREV); as despesas com Educação e Saúde, explicando que as despesas com Educação e Saúde são obrigações constitucionais e que há percentual mínimo de aplicação dos recursos provenientes de impostos e transferências de impostos; os Resultados Primário e Nominal, explicando que esses resultados são exigidos pela Lei Complementar nº 101/00 (LRF)

e que as regras para apuração são ditadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), esclarecendo que há mudanças nas metodologias de cálculos conforme as edições dos manuais e que, portanto, a análise fica prejudicada, considerando que a execução orçamentária em 2023 tem seus dados apurados de acordo com a metodologia vigente, enquanto o planejamento foi elaborado no exercício anterior sob as orientações do manual vigente à época. Mencionou que as metodologias divergem em relação ao estágio da despesa considerada, aos períodos parciais de apuração, que as informações são dinâmicas principalmente durante a execução orçamentária, que as metas são fixadas em períodos anteriores e numa situação de equilíbrio orçamentário, enfim que são fórmulas, e que se as variáveis mudam, os resultados serão outros também, mas que estes resultados somente interferem na consolidação das contas públicas a nível nacional, não possuem efeito prático nenhum para os municípios, embora as metas propostas tenham até sido superadas de acordo com a apuração no 2º quadrimestre. Passou, então, à apresentação das informações sobre a Gestão Fiscal, contendo a Receita Corrente Líquida (RCL), Despesa com Pessoal e Dívida Consolidada, demonstrando que o município atende a todos os limites impostos pela LRF, detalhando e diferenciando a Dívida Fundada e a Dívida Flutuante. Por fim, encerrou a apresentação reforçando a disponibilização do e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br para o encaminhamento de dúvidas ou contribuições. Na sequência, o Diretor Financeiro Cesar Henrique Wulk, como representante do SAAE, iniciou a avaliação das metas relativas ao 2º quadrimestre de 2023 da autarquia, demonstrando os valores previstos e arrecadados de receita, segregados em função de sua origem em: Receita Patrimonial, Receita de Serviços, Outras Receitas Correntes e Receitas de Capital, esclarecendo que as principais receitas da Autarquia são provenientes das Tarifas de Água e Esgotos e que estas correspondem a 89,36% do total arrecadado no quadrimestre e demonstrando que o resultado do período foi positivo, uma vez que a arrecadação superou a previsão. Em seguida, apresentou as informações da despesa, com a demonstração de suprimentos financeiros e das alterações orçamentárias realizadas. Após, demonstrou a execução da despesa do quadrimestre, organizada em valores empenhados, pagos e a pagar, e, por fim, a disponibilidade financeira, encerrando sua apresentação. A Diretora Financeira, Luciana dos Anjos Silva Fanger, iniciou a apresentação da FIEC discorrendo sobre os cursos e serviços oferecidos pela Fundação e sobre o número de alunos atendidos no 2º quadrimestre de 2023. Após, demonstrou as receitas do quadrimestre, segregadas em Receita Patrimonial e Receita de Serviços; os Suprimentos Financeiros recebidos da Prefeitura; as disponibilidades financeiras e o comportamento das despesas, com os valores previstos para 2023, valores pagos e a pagar no período avaliado, divididos em despesas com manutenção, pessoal, equipamentos e construção e ampliação, encerrando a apresentação com divulgação sobre campanha mensal de doação de sangue em parceria com a UNICAMP. Em seguida, o Diretor Financeiro Marcos Barce, representante do SEPREV, iniciou a apresentação da avaliação das metas fiscais relativas ao 2º quadrimestre de 2023 em termos de receitas e despesas com os devidos detalhamentos, distinguindo os valores pertencentes ao Fundo Previdenciário (FUNPREV) e ao Fundo de Assistência à Saúde (FAS), demonstrando que as receitas arrecadadas também superaram as previsões, tanto no quadrimestre quanto no acumulado no ano. Na sequência, o representante do SEPREV apresentou a posição financeira e patrimonial da entidade em 31/08/2023,

demonstrando em formato de gráfico a evolução dos recursos. Demonstrou as informações das reservas financeiras de forma consolidada e explicou que a autarquia conseguiu bons rendimentos no quadrimestre analisado, ultrapassando a meta atuarial do Fundo Previdenciário a partir do mês de junho. Explicou que os fatores econômicos estão positivos e que os resultados estão voltando a aparecer após o período pandêmico. Em seguida, demonstrou a evolução do patrimônio do FUNPREV e a meta atuarial (rentabilidade necessária para o equilíbrio do plano previdenciário) em gráfico e informou que a meta atuarial para 2023 corresponde a 5,18% mais variação do IPCA. Avaliou que embora no 1º quadrimestre de 2023, os rendimentos tenham ficado um pouco abaixo da meta, ainda assim se trata de um bom resultado considerando os dados dos anos anteriores e que nesse 2º quadrimestre os resultados tiveram ótimo desempenho. Apresentou os quadros das despesas administrativas do FUNPREV e do FAS e das despesas previdenciárias (aposentadorias, pensões, aposentadorias legadas e benefícios). Finalizou a apresentação informando os dados de contato da autarquia (site, e-mail, telefone e endereço) para maiores esclarecimentos. O vídeo da audiência contendo as apresentações das entidades com duração de 1 (uma) hora e 29 (vinte e nove) minutos foi disponibilizado na data e horário convencionados. Registro que não houve o encaminhamento de dúvidas ou sugestões para o e-mail disponibilizado para tal finalidade. Eu, Larissa Bruna de Almeida, DAS-3, lavrei e assinei a presente ata. Indaiatuba, em 10 de outubro de 2023.